

<b>Assunto: Mutirão de Negociação Fiscal é prorrogado</b>	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b> Rápidas
<b>Página:</b> 7	<b>Data:</b> 20/07/2015

# jornal do commercio

## Mais um dia para renegociar débito tributário

O Mutirão de Negociação Fiscal de Pernambuco foi prorrogado até amanhã, permitindo a renegociação de débitos de impostos estaduais e do município do Recife. A iniciativa terminaria hoje, mas os organizadores decidiram prorrogar devido à grande procura. São oferecidos descontos de até 90% em juros e multa de débitos do IPTU, ISS, CIM, ITBI do município do Recife, além dos impostos estaduais como ICMS, ICM, ICD e IPVA (este último apenas as dívidas de 2013 ou anos anteriores).

<b>Assunto:</b> Justiça é via comum no acesso à saúde	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 8	<b>Data:</b> 20/07/2015

**jornal do  commercio**

# Justiça é via comum no acesso à saúde

**BRIGA** Mesmo pagando e cumprindo sua obrigação como clientes, usuários de planos de saúde são obrigados a entrar com processos para garantir seu direito ao atendimento



Ashley Melo/JC Imagem

**CONTRASSENSO** Plínio teve que fazer acordo com cooperativa para garantir cirurgia

**N**a falta de um sistema público de qualidade, o consumidor de plano de saúde paga caro. Mas, muitas vezes, na hora em que precisa do serviço, vem a dor de cabeça. A quantidade de negativas por parte das operadoras, sobretudo quando envolve alta complexidade e custos elevados, vem crescendo nos últimos anos. Geralmente são procedimentos que não estão previstos em contrato ou não fazem parte do rol de procedimentos de cobertura obrigatória editado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Sem poder esperar, afinal é uma vida que está em jogo, os usuários terminam recorrendo ao Judiciário e conseguindo as liberações.

A professora Solange Josefa da Silva, 40 anos, aguarda há um ano para fazer uma cirurgia no cérebro. Com uma liminar da Justiça e o material cirúrgico garantido, ela briga pela liberação do custeio de despesas médicas e hospitalares por parte da Viva Saúde, em direção técnica e fiscal. “O caso de Solange é sério e urgente. A cada dia que passa, a saúde dela se deteriora. Ela recebe um salário de R\$ 1,4 mil e paga os cerca de R\$ 200 de plano de saúde com muita dificuldade”, diz o advogado da professora, Jarbas Borges Filho.

O artista plástico Plínio Palhano, 60 anos, também tem uma história para contar. Ele precisou de uma cirurgia cardíaca em 2011. Como o Bradesco Saúde negou o procedimento, ele resolveu firmar uma parceria com a Cooperativa dos Médicos Cardiologistas de Pernambuco (Coopercardio). Pagou parte do procedimento e até hoje aguarda parte um pedaço do reembolso para quitar o restante do pagamento junto à cooperativa. O ganho de causa já foi dado em primeira e segunda instâncias. “Os desembargadores, inclusive, negaram por unanimidade os pedidos de recursos da operadora. Mas as leis parece que facilitam os recursos infinitos. Sou cliente da empresa há 24 anos, atualmente pago quase R\$ 1 mil de mensalidade”, desabafa.

O presidente da Coopcardio, Carlos Japhet, explica como se deu a parceria com Plínio: na época, como a cooperativa não tinha convênio com o Bradesco, ela acolheu o paciente, que pagou parte da cirurgia e se comprometeu a acionar a operadora posteriormente para conseguir o reembolso. Em troca, a Coopcardio forneceu o apoio jurídico. Como não se conseguiu um acordo na Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, a Justiça comum foi acionada. Japhet explica que é um risco, mas ainda não houve perda de causa em situações semelhantes a de Plínio. “O argumento do paciente comumente está embasado em laudos médicos complementares e perícias. E, geralmente, estamos abertos a negociações com as operadoras”, explica.

Na avaliação dele, como médico, “é preciso haver bom-senso de todos os lados nos procedimentos de liberação. Mas muitas vezes ele não existe, principalmente por parte das operadoras, que visam o lucro”. O cardiologista enfatiza que a medicina evoluiu muito e encareceu. Uma tomografia, por exemplo, é muito mais comum hoje em dia.

# Operadoras sujeitas a sanções

A ANS reforça que, além de ter a comercialização suspensa, as operadoras que negarem indevidamente cobertura ou que não a garantem o serviço, no prazo correto, podem receber sanções previstas em normativo, que podem chegar a R\$ 100 mil.

Em 2014, a Central de Relacionamento da ANS recebeu 93,5 mil reclamações, das quais 65 mil relacionadas à cobertura do plano de saúde, com percentual superior a 80% de solução de queixas em curto prazo. Em 2013, esse total foi de 102,2 mil, sendo a maior parte por problemas de cobertura (74 mil).

Em resposta ao questionamento da reportagem sobre até que ponto, na avaliação do órgão, a judicialização da saúde suplementar compromete a sustentabilidade do mercado, e conseqüentemente dos próprios beneficiários, a ANS destacou quais medidas adota para garantir ao consumidor tudo o que ele contratou. Como exemplo, obrigatoriedade da implantação de ouvidorias nas empresas, realização de consulta pública, atendimento presen-



André Nery/JC Imagem

**DISQUE** Central da ANS recebeu 93,5 mil reclamações em 2014

cial e telefônico (24h) ao usuários, prazos de resposta sobre negativas.

Sobre o caso de Plínio, a Bradesco Saúde informou que “não comenta os casos que são levados à apreciação do poder judiciário”. A respeito da situação de Solange, a Viva Saúde disse que todo o material da cirurgia foi adquirido na época da solicitação, com um pagamento de R\$ 66 mil para o fornecedor. E providenciou todas as demais liberações, inclusive, comprometendo-se a arcar

com os custos hospitalares para realização da cirurgia.

“Estaremos apurando todos os fatos para identificarmos os motivos da não realização do procedimento”, disse a empresa em nota. A Viva reforçou ainda que “tem por princípio o cumprimento integral de todas as suas obrigações, principalmente das decisões judiciais”.

A reportagem contactou a Fenasáude para ouvir o lado do mercado, mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno.

# Cliente fica de fora do debate

Pioneira na defesa dos interesses dos usuários de planos, a advogada Rosana Chiavassa, de São Paulo, denuncia que entidades de defesa dos consumidores não têm sido convidadas para discussões em Brasília envolvendo empresas, Ministério da Saúde e ANS para tratar de possível liberação dos aumentos dos planos individuais, hoje controlados pela ANS.

Segundo ela, o argumento “oficial” para defender a liberação estaria baseado na ampliação da oferta de planos individuais, justificativa vista com ressalva por especialistas em defesa dos consumidores. Rosana comenta que a inflação médica acima da “inflação normal” é real, os custos são altos, mas é preciso achar um equilíbrio. “A ANS precisa encontrar uma outra metodologia para tentar conversar sobre isso”, avalia.

A fundadora e coordenadora executiva da Associação dos Usuários dos Planos de Saúde (Aduseps) reforça o argumento. Faz parte da Câmara de Saúde Suplementar e diz que não estava sabendo as reuniões. “A ANS, de fato, está a serviço das operadoras”, afirma.



Divulgação

## ESCANTEIO Chivassa denuncia exclusão das entidades

Sobre as reuniões para liberação dos reajustes, a ANS afirma que não trabalha com essa possibilidade e que o assunto não está em pauta dentro da agência. Em sua defesa, enfatizou que, em seus 15 anos de existência, avançou num série de questões, com publicação de medidas e súmulas, diálo-

gos, aprimoramento da comunicação, parcerias com órgãos de defesa do consumidor, regras de entrada e saída do mercado, monitoramento econômico e assistencial, determinação de prazos e de procedimentos de portabilidade, criação da Notificação de Investição Preliminar (NIP), etc.

<b>Assunto: Mutirão de Negociação Fiscal</b>	
<b>Veículo: Jornal do Commercio</b>	
<b>Editoria: Capa Dois</b>	<b>Seção: Repórter JC</b>
<b>Página: 2</b>	<b>Data: 19/07/2015</b>

**jornal do  commercio**

## Quitando dívidas

O Mutirão de Negociação Fiscal, até amanhã, no Centro de Convenções, traz vantagens para todas as partes envolvidas. A iniciativa conjunta do Governo do Estado, Prefeitura do Recife e Tribunal de Justiça oferece condições especiais para que contribuintes possam quitar débitos de diferentes impostos. Não é uma ideia original, já que foi feita em outros estados, mas é um forma democrática de atuação porque mostra que os poderes públicos estão dispostos a negociar e que as pessoas e empresários podem procurá-los sem temor. O inadimplente terá bons descontos ou pode parcelar a dívida em mais de 90 vezes. É um incentivo e tanto para a regularização fiscal. Bom para o contribuinte que tem uma dívida e quer se livrar; bom para o Executivo, que tem um dinheiro parado e agora pode obter resultados; e bom para a justiça, que reduz a demanda e os custos processuais. O mutirão funcionará inclusive hoje, das 8h às 19h.

<b>Assunto: Mutirão: Último dia de rever as dívidas</b>	
<b>Veículo: Folha de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Economia</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: 4</b>	<b>Data: 20/07/2015</b>



## MUTIRÃO Último dia de rever as dívidas

Termina hoje o Mutirão de Negociação Fiscal promovido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, juntamente com a Secretaria da Fazenda do Estado e a Prefeitura do Recife. Até a sexta-feira foram negociados mais de R\$ 31 milhões. O atendimento é feito das 8h às 19h.

Os contribuintes que não tiverem condições de comparecer ao Centro de Convenções poderão buscar atendimento na agência do fisco estadual até 31 próximo e terá as mesmas condições facilitadas para saldar seus débitos em atraso.

As negociações são feitas sobre débitos de ICM, ICMS, IPVA, ICD, IPTU, ISS, ITBI e CIM. As facilidades incluem redução de multas e juros de até 90% e parcelamento em até 96 meses. Segundo a juíza Ana Luiza Câmara, coordenadora do mutirão, a meta é recuperar R\$ 35 milhões à vista e R\$ 145 milhões em créditos parcelados.

### IPVA

Os débitos referente ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotivos têm regra diferente: estão sendo negociados apenas os débitos referentes a exercícios anteriores a 2014. Sendo assim, aqueles com débitos até 2013 poderão obter todos os benefícios da lei, como redução na multa e nos juros de até 90% e parcelamento em até 18 vezes, com valor mínimo de R\$ 100 por parcela.

<b>Assunto: Violência que fere o corpo e a alma</b>	
<b>Veículo: Folha de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Cotidiano</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: 3</b>	<b>Data: 19/07/2015</b>

# FOLHA DE PERNAMBUCO

**LUIZ FILIPE FREIRE**

**U**m telefonema pôs fim à rotina de abandono e sofrimento de G.A.M.\*, de 60 anos. Quando chegaram a denúncia de vizinhos, policiais, psicólogos e assistentes sociais acabaram se deparando com um cenário desolador. O idoso estava trancado em casa. Foi encontrado gemendo de fome sobre uma cama quebrada. Subnutrido e desidratado, foi levado delirando para uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Na última quinta-feira, três semanas depois de receber ajuda, já conseguia falar sobre o assunto, mesmo com sequelas de um Acidente Vascular Cerebral (AVC). "Eu só comia vez ou outra. Ela era braba que só,

ficar cuidando daquela pessoa", explica a chefe de Núcleo de Apoio às Vítimas de Violência (NAVV) do município, Renata Al-lain.

Na mesma instituição, outra história triste é a de U.S.R.\*, de 79 anos. A solidão dentro da casa em que vivia, em Areias, na Zona Oeste da Capital, chegou ao fim há alguns anos, mas o semblante caído mostra que a dor segue cruciante na alma. "Antes, meus filhos até iam lá, mas depois foram sumindo. Fui ficando sem ter quem cuidasse de mim, sem ter como fazer comida. Vi todo mundo se afastar, mas não estou magoado com ninguém", relata o aposentado, que se apegou a possibilidades futuras para manter a esperança. "Encontraram minha mãe em um abrigo em Abreu e Lima. Ela deve estar com uns 98 anos. Fazia tempo que não sabia dela. Estão cuidando dos procedimentos para que eu vá lá ficar com ela", conta.



mas nunca reclamei de nada. Não queria confusão", diz a vítima, se referindo à cuidadora.

Além da mistura de revolta e comoção, casos como esse geram alerta quando expostos em números. Conforme o Disque-Denúncia Pernambuco, o quantitativo de relatos de violência sofrida por pessoas com mais de 60 anos aumentou 75% na comparação entre o primeiro semestre de 2014 e o de 2015. Entre janeiro e junho do ano passado, foram 692. Até o último dia 3 de julho, já eram 1.215. Na Delegacia do Idoso, no Recife, a maioria das ocorrências registradas é referente a ameaças, Estelionato, injúria e apropriação de bens e rendimentos também estão na lista, assim como maus-tratos e lesão corporal.

"São situações extremas, em que temos idosos derrubados de escadas, sendo empurrados e recebendo tapas. Eles acabam sofrendo fraturas e, quando não acontece o pior, veem problemas de saúde que já tinham piorarem", detalha o delegado Paulo Nogueira, que acredita que o maior número de denúncias é decorrente do aumento da população idosa e dos esforços para conscientizar esse público.

Além do abandono e da negligência que vinha sofrendo, G.A.M.\* já não via a cor do dinheiro de benefícios previdenciários há algum tempo. "Me enrolaram, pegaram tudo o que era meu, meus cartões. Fiquei doente e ninguém me ajudou, nem minha família lá de Moreno", re-

**SINAIS**

O agravante da violência contra as pessoas com mais de 60 anos é que, muitas vezes, as agressões físicas ou psicológicas partem de quem elas mais esperam amor e compreensão. A dificuldade é maior para que os casos resultem em denúncias. Se levados à Justiça, são mais sujeitos a desistências pela vítima. No primeiro semestre, 390 processos chegaram ao Juizado Especial Criminal do Idoso. Na contramão do número de denúncias, o quantitativo teve redução se comparado ao mesmo período do ano passado, quando houve 407 ações. "Nos deparamos, muitas vezes, com casos em que o idoso não quer que o filho seja preso. Quer só que ele leve uma bronca. A ideia é conciliar e muitas situações acabam assim, exceto as ações incondicionais, como por maus-tratos, que seguem tramitando por conta da gravidade", explica a psicóloga e gerontóloga Diane Varisco, que atua no Juizado.

Por outro lado, também é de pessoas próximas que pode vir a ajuda. Amigos e outros parentes que frequentam o local onde a violência ocorre podem e têm o dever previsto em lei, de denunciar. "Além do apego emocional com a pessoa que provoca aquele sofrimento, a vítima pode sentir medo ou se ver aprisionada em suas limitações. Quem interage com a família pode perceber sinais, como a depressão e a ansiedade", explica a psicóloga e psi-



## Violência que fere

lembra o idoso, que foi encontrado em Santo Aleixo, em Jaboatão dos Guararapes, e está abrigado na Pousada Geriátrica QualVida, no bairro de Candeias. "Agora que ele está conseguindo falar e diz que tem um irmão, vamos buscar entender melhor quem é a família, qual a relação que eles tinham, e entender quem era essa cuidadora, já que, muitas vezes, esse trabalho é feito por vizinhos até solidários, mas que não têm as condições ideais para



G.A.M, 60 anos, foi trancado em casa. Passou fome e foi ameaçado pela cuidadora

coterapeuta Ana Rique. "Diferente da criança, que tem reações mais evidentes quando é vítima, o idoso sente logo vergonha e decepção. Ele tende a achar que as coisas vão melhorar, que aquilo aconteceu porque a pessoa estava de cabeça quente. Mas uma violência que começa com humilhações, como 'você não serve para nada e só dá trabalho', pode chegar a consequências mais graves", completa a especialista.

\*] Os nomes das vítimas foram preservados

## > Violências mais comuns

### Registros

Números de boletins de ocorrência feitos na Delegacia do Idoso entre janeiro e junho de 2015

1º: Ameaça	151
2º: Estelionato	46
3º: Injúria	82
4º: Maus-tratos	41
5º: Apropriação de bens e rendimentos	39
6º: Lesão corporal	35
7º: Abandono	4
8º: Abuso de confiança	2
9º: Extorsão	1



### Denúncias (janeiro a junho/2015)

	<b>765</b> Boletins de ocorrência
	<b>282</b> Disque-Denúncia
	<b>23</b> Denúncias recebidas na delegacia
	<b>43</b> Disque 100

### Como procurar ajuda

A vítima ou alguém que se solidarizar com a situação pode recorrer a mecanismos de denúncia e proteção

#### Delegacia do Idoso

Endereço: Rua da Glória, 301, Boa Vista  
Fone: (81) 3184.3772/3769

#### Disque-Denúncia

Grande Recife: (81) 3421.9595  
Interior: (81) 3719.4545

#### Disque 100

Funciona em todo o País e, por meio de um sistema informatizado, repassa denúncias feitas em Pernambuco à Delegacia do Idoso

**29\***  
Solicitações de medidas protetivas

**3\***  
Solicitações de assistência social

**56\***  
Solicitações de acompanhamento de casos feitas pelo MPPE

\*Dados coletados entre janeiro e março/2015

<b>Assunto:</b> Bloqueio	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Últimas Notícias	<b>Seção:</b> Fogo Cruzado/Inaldo Sampaio
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 18 /07/2015



■ **BLOQUEIO** – O Sinpol vai recorrer ao pleno do TJ contra decisão do desembargador José Fernandes, que ordenou o bloqueio de R\$ 90 mil de sua conta bancária para o pagamento de multa por descumprimento de decisão judicial. Pode ser que, a partir desse precedente, os sindicatos levem mais a sério as decisões da Justiça.

<b>Assunto: Mutirão de Negociação Fiscal é prorrogado até terça-feira</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 20/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



finanças em dia

### Mutirão de Negociação Fiscal é prorrogado até terça-feira



Foto: Mayra Cavalcanti/NE10

Previsto para encerrar nesta segunda-feira (20), o Mutirão de Negociação Fiscal de Pernambuco foi prorrogado por mais um dia e segue até terça-feira (21). Mais de R\$ 31 milhões em débitos de impostos estaduais e do município do Recife haviam sido negociados até a última sexta-feira (17). A expectativa dos organizadores é que sejam resgatados cerca de R\$ 100 milhões. Segundo o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a prorrogação se deu em virtude da alta procura pela quitação dos débitos.

Nesta segunda, haverá coletiva no Palácio do Campo das Princesas, às 15h, quando será divulgado o balanço parcial do mutirão, com a presença do governador Paulo Câmara, do prefeito do Recife, Geraldo Julio, e da corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi.

Descontos de até 90% em juros e multa são oferecidos para quem for ao Pavilhão do Centro de Convenções negociar débitos relativos a IPTU, ISS, CIM, ITBI do município do Recife, além dos impostos estaduais ICMS, ICM, ICD e IPVA (este último apenas as dívidas de 2013 ou anos anteriores).

Realizado conjuntamente pelo TJPE, Governo do Estado de Pernambuco e Prefeitura do Recife, o mutirão tem o apoio da Corregedoria Nacional de Justiça.

<b>Assunto: Mais de R\$ 31 milhões são negociados nos primeiros dias do Mutirão de Negociação Fiscal</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 20/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



finanças em dia

## Mais de R\$ 31 milhões são negociados nos primeiros dias do Mutirão de Negociação Fiscal



Foto: Mayra Cavalcanti/NE10

Pessoas que estão com débitos com a Prefeitura do Recife e o Governo do Estado tem até a próxima segunda-feira (20) para tentar saldar a dívida com o fisco, durante o Mutirão de Negociação Fiscal de Pernambuco para tentar saldar o débito. Até essa sexta-feira (17), mais de R\$ 31 milhões em débitos de impostos estaduais e do município do Recife haviam sido negociados. A expectativa dos organizadores é que sejam resgatados cerca de R\$ 100 milhões. O atendimento acontece no Centro de Convenções de Pernambuco, das 8h às 19h.

A iniciativa, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) com a Prefeitura do Recife e o Governo do Estado, tem o apoio da Corregedoria Nacional de Justiça e oferece descontos de até 90% em juros e multas de IPTU, ISS, ITBI, CIM, ICD, ICM, IPVA e ICMS, além de condições especiais de parcelamento.

Na quinta-feira (16), feriado do dia de Nossa Senhora do Carmo no Recife, o Mutirão de Negociação Fiscal funcionou normalmente. Contribuintes aproveitaram o dia para parcelar débitos com tributos em até 96 vezes, no caso dos impostos do Recife, e em até 18 vezes, em relação aos tributos estaduais. Em relação ao IPVA, apenas débitos até 2013 poderão ser negociados, podendo ser divididos em até 18 vezes, com parcela mínima de R\$ 100. As condições estão previstas na Lei Estadual 302, de 24 de junho de 2015.

Para participar, pessoas físicas devem estar munidas de documento de identidade com foto e CPF. Para pessoas jurídicas, é necessário apresentar contrato social, CNPJ e inscrição estadual ou municipal da empresa. Os contribuintes que receberam intimação ou autuação também precisam levar esse documento.

Em relação aos tributos estaduais, o Mutirão de Negociação Fiscal prevê redução de 50% a 90% em juros e multas. O ICM e o ICMS poderão ser divididos em até 12 vezes, enquanto IPVA e ICD permitem parcelamento em até 18 meses. O valor mínimo por parcela, em ambos os casos, é de R\$ 100. Aqueles que não puderem comparecer ao mutirão terão até 31 deste mês para regularizar sua situação em uma agência da Fazenda Estadual.

Para os que procuram quitar débitos com a Prefeitura do Recife, os pagamentos à vista têm desconto de 90% nas multas e juros. Se optarem por parcelar, há diferentes descontos em juros e multas. Em 12 vezes, o abatimento é de 70%; para 24 meses, 50%. Por fim, 30% para quem dividir em 36 parcelas. Mas é possível negociar parcelamento em até 96 vezes.

<b>Assunto: Mutirão Fiscal de PE negocia mais de R\$ 37 mil em três dias de trabalho</b>	
<b>Veículo:</b> CNJ	<b>Data:</b> 20/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## [TJPE](#)

Mutirão Fiscal em PE negocia mais de R\$ 37 mi em três dias de trabalhos

<b>Assunto: Mutirão Fiscal de PE negocia mais de R\$ 37 mil em três dias de trabalho</b>	
<b>Veículo:</b> CNJ	<b>Data:</b> 20/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Mutirão Fiscal em PE negocia mais de R\$ 37 mi em três dias de trabalhos



O Mutirão de Negociação Fiscal de Pernambuco, iniciado na última quarta-feira (15/7), resultou na negociação de mais de R\$ 37 milhões em débitos de impostos estaduais e do município do Recife até as 15h desta sexta-feira (17/7). A iniciativa, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) conjuntamente com a Prefeitura do Recife e o Governo do Estado, tem o apoio da Corregedoria Nacional de Justiça e

oferece descontos de até 90% em juros e multas de IPTU, ISS, ITBI, CIM, ICD, ICM, IPVA e ICMS, além de condições especiais de parcelamento. O mutirão prossegue até a próxima segunda-feira (20/7), no Centro de Convenções de Pernambuco, funcionando das 8h às 19h, inclusive no sábado (18/7) e no domingo (19/7), dia em que a corregedora Nacional de Justiça, Nancy Andrichi, irá conferir o andamento dos trabalhos do Mutirão.

Na quinta-feira (16/7), feriado do dia de Nossa Senhora do Carmo no Recife, o Mutirão de Negociação Fiscal funcionou normalmente. Contribuintes aproveitaram o dia para parcelar débitos com tributos em até 96 vezes, no caso dos impostos do Recife, e em até 18 vezes, em relação aos tributos estaduais. Em relação ao IPVA, apenas débitos até 2013 poderão ser negociados, podendo ser divididos em até 18 vezes, com parcela mínima de R\$ 100. As condições estão previstas na Lei Estadual 302/2015.

Os contribuintes elogiaram a oportunidade de resolver as pendências com o fisco com condições especiais e em horário estendido. A aposentada Maria da Penha Silva havia recebido a notificação para comparecer logo no primeiro dia. Saiu satisfeita. “Liquidei meu débito de IPTU e paguei à vista, porque assim tive mais desconto. Agora estou tranquila”, afirmou. Ela pagou no próprio Pavilhão do Centro de Convenções, onde estão montados guichês do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco especialmente para atender os participantes do mutirão.

Quem adere às condições de negociação regulariza sua situação junto ao fisco e, ao mesmo tempo, contribui para que a arrecadação retorne na forma de serviços públicos de melhor qualidade. Para participar, pessoas físicas devem estar munidas de

documento de identidade com foto e CPF. Para pessoas jurídicas, é necessário apresentar contrato social, CNPJ e inscrição estadual ou municipal da empresa. Os contribuintes que receberam intimação ou autuação também precisam levar esse documento.

Condições especiais – Em relação aos tributos estaduais, o Mutirão de Negociação Fiscal prevê redução de 50% a 90% em juros e multas. O ICM e o ICMS poderão ser divididos em até 12 vezes, enquanto IPVA e ICD permitem parcelamento em até 18 meses. O valor mínimo por parcela, em ambos os casos, é de R\$ 100. Aqueles que não puderem comparecer ao mutirão terão até 31 de julho deste ano para regularizar sua situação em uma agência da Fazenda Estadual.

Para os que procuram quitar débitos com a Prefeitura do Recife, os pagamentos à vista têm desconto de 90% nas multas e juros. Se optarem por parcelar, há diferentes descontos em juros e multas. Em 12 vezes, o abatimento é de 70%; para 24 meses, 50%. Por fim, 30% para quem dividir em 36 parcelas. Mas é possível negociar parcelamento em até 96 vezes.

## **SERVIÇO**

### **Mutirão de Negociação Fiscal**

Data: de 15 a 20 de julho de 2015, das 8h às 19h

Local: Pavilhão de Feiras do Centro de Convenções de Pernambuco

Endereço: Avenida Prof. Andrade Bezerra S/N – Salgadinho – Olinda PE

Fonte: TJPE, com informação da Corregedoria Nacional de Justiça

<b>Assunto: Prorrogação do Mutirão de Negociação Fiscal</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 20/07/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



PERNAMBUCO



# Grande procura estica mutirão fiscal até amanhã

Negociação de impostos atrasados é feita no Centro de Convenções, das 8h às 19h. Evento dá descontos de até 90% em multas e juros.

<b>Assunto: Prorrogação do Mutirão de Negociação Fiscal</b>	
<b>Veículo:</b> G1 Pernambuco	<b>Data:</b> 20/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Grande procura estica mutirão de negociação fiscal até terça-feira

*Negociação é feita no Centro de Convenções de PE, Olinda, das 8h às 19h. Evento dá descontos de até 90% em multas e juros de impostos atrasados.*



Foi prorrogado o mutirão de negociação fiscal que oferece descontos de até 90% em impostos atrasados para os contribuintes de Pernambuco. O evento, que começou na última quarta-feira (15), terminaria nesta segunda (20); no entanto, ganhou mais um dia e agora vai até terça (21). Segundo a organização, o dia extra visa atender à grande procura dos devedores. O mutirão acontece no Centro de Convenções de Pernambuco, Olinda.

Só até o começo do domingo (19), mais de 7 mil contribuintes foram atendidos. O mutirão atende os interessados em negociar suas dívidas sempre das 8h às 19h e funcionou inclusive no feriado de Nossa Senhora do Carmo (16) e no final de semana (18 e 19). Organizado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), pelo Governo do Estado e pela Prefeitura do Recife, o evento conta com 10 juízes e 180 servidores para atender a população.

No Cecon, os pernambucanos podem obter descontos de até 90% nos juros e multas dos tributos atrasados, além de parcelar a dívida restante em até 96 vezes. A renegociação é válida para os débitos das seguintes tarifas estaduais: ICM, ICMS, IPVA, ICD, ISS, ITBI e CIM. Os atrasados do IPTU do Recife também podem ser parcelados. Guichês do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco foram montados no Centro de Convenções para facilitar o pagamento.

No caso dos tributos estaduais, os descontos vão de 50% a 90%. Já no IPTU do Recife, a redução vai de 30% a 90%. Quem deve ICM e ICMS pode parcelar os débitos em até 12 vezes, desde que a parcela custe pelo menos R\$ 100. A parcela mínima do IPVA e do ICD também é de R\$ 100, mas a dívida total pode ser paga em até 18 meses. No entanto, não é possível negociar o IPVA atrasado de 2014, apenas de anos anteriores.

Já na negociação do IPTU do Recife, é possível parcelar as taxas e tributos em até 96 vezes. Ao fazer esta opção, no entanto, não há desconto nas multas e juros. O desconto é válido para os parcelamentos em até 36 meses. A prefeitura oferece desconto de 70% nos parcelamentos em até 12 vezes; 50% para até 24 parcelas; e 30% para pagamento

em até 36 meses. A negociação não é válida para o ano corrente, apenas para os IPTUs válidos até o ano de 2014.

Para negociar alguma dívida, o contribuinte pessoa física precisa apresentar documento de identidade e CPF. Já as pessoas jurídicas também devem levar contrato social, CNPJ e inscrição estadual ou municipal da empresa. Se o contribuinte recebeu intimação ou autuação cobrando a dívida também deverá apresentar esse documento.

<b>Assunto: Mutirão negocia dívidas fiscais de mais de 7 mil contribuintes, em PE</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 20/07/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Mutirão negocia dívidas fiscais de mais de 7 mil contribuintes, em PE

*Ação conjunta do TJPE com governo e prefeitura vai até a segunda (20). Cerca de R\$ 60 milhões em dívidas já foram negociados.*



Mutirão renegocia dívidas fiscais no Centro de Convenções, em Olinda (Foto: Reprodução / TV Globo)

Mais de 7 mil contribuintes já foram atendidos no mutirão fiscal que acontece no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda. Aproximadamente R\$ 60 milhões em dívidas foram negociados até o começo deste domingo (19). Membros da Justiça, Prefeitura do Recife e Governo do Estado recebem os endividados até a próxima segunda (20), sempre das 8h às 19h.

No evento, os pernambucanos podem obter descontos de até 90% nos juros e multas dos tributos atrasados, além de parcelar a dívida restante em até 96 vezes. A renegociação é válida para as dívidas das seguintes tarifas estaduais: ICM, ICMS, IPVA, ICD, ISS, ITBI e CIM. Os atrasados do IPTU do Recife também podem ser parcelados. Guichês do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco foram montados no Centro de Convenções para atender os participantes do mutirão.

No caso dos tributos estaduais, os descontos vão de 50% a 90%. Já no IPTU do Recife, a redução vai de 30% a 90%. Quem deve ICM e ICMS pode parcelar os débitos em até 12 vezes, desde que a parcela custe pelo menos R\$ 100. A parcela mínima do IPVA e do ICD também é de R\$ 100, mas a dívida total pode ser paga em até 18 meses. No

entanto, não é possível negociar o IPVA atrasado de 2014, apenas os dos anos anteriores.

Já na negociação do IPTU do Recife, é possível parcelar as taxas e tributos em até 96 vezes. Ao fazer esta opção, no entanto, não há desconto nas multas e juros. O desconto é válido para os parcelamentos em até 36 meses. A prefeitura oferece desconto de 70% nos parcelamentos em até 12 vezes; 50% para até 24 parcelas; e 30% para pagamento em até 36 meses. A negociação não é válida para o ano corrente, apenas para os IPTUs válidos até o ano de 2014.

Para negociar alguma dívida, o contribuinte físico precisa apresentar documento de identidade e CPF. Já as pessoas jurídicas também devem levar contrato social, CNPJ e inscrição estadual ou municipal da empresa. Se o contribuinte recebeu intimação ou autuação também deverá apresentar esse documento.

A negociação evita sanções mais severas aos contribuintes, como bloqueio de contas correntes e leilões judiciais de bens imóveis. Podem participar do mutirão quem tem dívidas administrativas e também dívidas ativas. Quem não tiver condições de comparecer ao Centro de Convenções durante o mutirão, poderá procurar qualquer agência do fisco estadual até 31 deste mês para regularizar a situação.

<b>Assunto: Prorrogação do Mutirão de Negociação Fiscal</b>	
<b>Veículo:</b> folhape	<b>Data:</b> 20/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Mutirão de Negociação Fiscal de Pernambuco é prorrogado até a próxima terça-feira**

*São oferecidos descontos de até 90% em débitos de impostos como IPTU e IPVA*

O Mutirão de Negociação Fiscal de Pernambuco foi prorrogado até a próxima terça-feira (21), dando mais um dia para que os contribuintes possam quitar débitos de impostos estaduais e do município do Recife em condições especiais. O mutirão começou na última quarta-feira e foi a grande procura que fez o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) estender o prazo.

Descontos de até 90% em juros e multas são oferecidos para quem for ao Pavilhão do Centro de Convenções negociar débitos relativos a IPTU, ISS, CIM, ITBI do município do Recife, além dos impostos estaduais ICMS, ICM, ICD e IPVA (este último apenas as dívidas de 2013 ou anos anteriores). Realizado conjuntamente pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Governo do Estado de Pernambuco e Prefeitura do Recife, o mutirão tem o apoio da Corregedoria Nacional de Justiça.

<b>Assunto: Mutirão Fiscal em PE negocia mais de R\$ 31 milhões nos primeiros dias de atendimento</b>	
<b>Veículo:</b> folhape	<b>Data:</b> 20/07/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Mutirão Fiscal em PE negocia mais de R\$ 31 milhões nos primeiros dias de atendimento**

*Iniciativa acontece no Centro de Convenções de Pernambuco até próxima segunda*

O Mutirão de Negociação Fiscal de Pernambuco, iniciado na última quarta-feira (15), resultou na negociação de mais de R\$ 31 milhões em débitos de impostos estaduais e do município do Recife até as 15h desta sexta-feira (17). A iniciativa oferece descontos de até 90% em juros e multas de IPTU, ISS, ITBI, CIM, ICD, ICM, IPVA e ICMS, além de condições especiais de parcelamento. O mutirão prossegue até a próxima segunda-feira (20), no Centro de Convenções de Pernambuco, funcionando das 8h às 19h, inclusive no fim de semana.

Os débitos podem ser parcelados com tributos em até 96 vezes, no caso dos impostos do Recife, e em até 18 vezes, em relação aos tributos estaduais. Em relação ao IPVA, apenas débitos até 2013 poderão ser negociados, podendo ser divididos em até 18 vezes, com parcela mínima de R\$ 100. As condições estão previstas na Lei Estadual 302, de 24 de junho de 2015.

Quem adere às condições de negociação regulariza sua situação junto ao fisco e, ao mesmo tempo, contribui para que a arrecadação retorne na forma de serviços públicos de melhor qualidade. Para participar, pessoas físicas devem estar munidas de documento de identidade com foto e CPF. Para pessoas jurídicas, é necessário apresentar contrato social, CNPJ e inscrição estadual ou municipal da empresa. Os contribuintes que receberam intimação ou autuação também precisam levar esse documento.

### **Condições especiais**

Em relação aos tributos estaduais, o Mutirão de Negociação Fiscal prevê redução de 50% a 90% em juros e multas. O ICM e o ICMS poderão ser divididos em até 12 vezes, enquanto IPVA e ICD permitem parcelamento em até 18 meses. O valor mínimo por parcela, em ambos os casos, é de R\$ 100. Aqueles que não puderem comparecer ao mutirão terão até 31 de julho deste ano para regularizar sua situação em uma agência da Fazenda Estadual.

<b>Assunto: Mutirão de negociação fiscal é prorrogado até terça-feira</b>	
<b>Veículo: JOnline</b>	<b>Data: 20/07/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### Mutirão de negociação fiscal é prorrogado até terça-feira

*Contribuintes poderão negociar seus débitos em até 96 vezes*



Interessados em quitar os débitos à vista têm desconto de 90% nas multas e juros  
Foto: Fotos Públicas

O Mutirão de Negociação Fiscal de Pernambuco, iniciado na última quarta-feira (15), tem prazo prorrogado para esta terça-feira (21), no Centro de Convenções de Pernambuco. A negociação, que acontece das 8h às 19h, terminaria nesta segunda (20), mas, em virtude da grande procura, teve atendimento estendido. A iniciativa oferece descontos de até 90% em juros e multas de IPTU, ISS, ITBI, CIM, ICD, ICM, IPVA e ICMS, além de condições especiais de parcelamento.

Os contribuintes podem aproveitar o último dia do mutirão para parcelar débitos com tributos em até 96 vezes, no caso dos impostos do Recife, e em até 18 vezes, os tributos estaduais. Já o IPVA, apenas débitos até 2013 poderão ser negociados, sendo divididos em até 18 vezes, com parcela mínima de R\$ 100. As condições estão previstas na Lei Estadual 302, de 24 de junho de 2015.

Os interessados em quitar os débitos à vista têm desconto de 90% nas multas e juros. Quem optar por parcelados, há diferentes descontos em juros e multas. Em 12 vezes, o abatimento é de 70%; para 24 meses, 50%. Por fim, 30% para quem dividir em 36 parcelas. Mas o parcelamento pode ser negociado em até 96 vezes.

No caso dos tributos estaduais, é oferecida a redução de 50% a 90% em juros e multas. O ICM e o ICMS podem ser divididos em até 12 vezes, enquanto IPVA e ICD permitem parcelamento em até 18 meses. Em ambos os casos, o valor mínimo por parcela é de R\$ 100. Quem não comparecer ao mutirão poderá regularizar a situação em uma agência da Fazenda Estadual.

Quem adere às condições de negociação, além de regularizar a situação junto ao fisco, contribui para que a arrecadação retorne na forma de serviços públicos de melhor qualidade. Para participar, pessoas físicas devem levar documento de identidade com foto e CPF. Já as pessoas jurídicas precisam apresentar contrato social, CNPJ e inscrição estadual ou municipal da empresa. Os contribuintes que receberam intimação ou autuação também precisam levar esse documento.

As negociações realizadas da quarta-feira (15) até as 15h desta sexta-feira (17) resultaram na recuperação de R\$ 37 milhões em débitos de impostos estaduais e do município do Recife, além da negociação de R\$ 28 milhões em Créditos da Dívida Ativa.

<b>Assunto: Vai negociar no mutirão? Facilite o processo. Ação vai até a próxima segunda-feira</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 20/07/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Vai negociar no mutirão? Facilite o processo. Ação vai até a próxima segunda-feira



Mais de R\$ 31 milhões já foram negociados, sendo mais de R\$ 23,5 milhões relacionados a dívidas da Prefeitura do Recife, principalmente do IPTU. Foto: TJPE/Divulgação

O Mutirão de Negociação Fiscal de Pernambuco vem conseguindo avançar na recuperação de receitas, mas quem quiser resolver as pendências com o governo pode facilitar ainda mais o processo. A organização recomenda portar todos os documentos e qualquer outro documento que ajude a identificação da dívida. Correspondências de notificação, por exemplo, podem facilitar o processo.

Além disso, é importante esclarecer que todas as dívidas negociáveis no evento são de débitos até 2014, exceto do IPVA, que é limitado até 2013. Outro recado importante é que o mutirão não negocia multas de trânsito. Quem quiser negociar por terceiros precisa comprovar a relação com o devedor. A ação prossegue até a próxima segunda-feira (20), no Centro de Convenções de Pernambuco, funcionando das 8h às 19h, inclusive no sábado (18) e no domingo (19).

Até o início da noite desta sexta (17), quase cinco mil pessoas conseguiram negociar suas dívidas em condições especiais. Foram mais de R\$ 31 milhões negociados, sendo mais de R\$ 23,5 milhões relacionados a dívidas da Prefeitura do Recife, principalmente do IPTU. De acordo com o juiz Francisco Tojal, integrante da mobilização do Tribunal de Justiça de Pernambuco na iniciativa, houve a preocupação em criar todas as condições para que o contribuinte tenha facilidade para regularizar essa pendência.

"A estrutura inclui três bancos (Bradesco, Banco do Brasil e Caixa) com atendimento e caixas eletrônicos para saque ou pagamento em débito em conta. Também é assegurada a prioridade legal, para idosos, deficientes, entre outros, para reduzir as dificuldades", avisa. "Para negociar pela mãe ou filha que não estiver em condições de comparecer, por doença, por exemplo, basta apresentar a documentação que confirme o parentesco, como a filiação de carteiras de identidade ou certidões de nascimento", acrescenta Tojal.

O mutirão é uma ação conjunta do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Prefeitura do Recife e o Governo do Estado, com apoio da Corregedoria Nacional de Justiça. As condições de descontos garantem até 90% nos juros e multas de IPTU, ISS, ITBI, CIM, ICD, ICM, IPVA e ICMS, além de condições especiais de parcelamento. A maioria tem parcelado na negociação, segundo o TJPE.

## **Condições especiais**

### **Em relação aos tributos estaduais**

O Mutirão de Negociação Fiscal prevê redução de 50% a 90% em juros e multas. O ICM e o ICMS poderão ser divididos em até 12 vezes, enquanto IPVA e ICD permitem parcelamento em até 18 meses. O valor mínimo por parcela, em ambos os casos, é de R\$ 100. Aqueles que não puderem comparecer ao mutirão terão até 31 de julho deste ano para regularizar sua situação em uma agência da Fazenda Estadual.

IPVA - Só é permitida a negociação de dívidas até 2013  
Multas de trânsito não são negociáveis

### **Em relação aos tributos da Prefeitura do Recife**

Os pagamentos à vista têm desconto de 90% nas multas e juros. Se optarem por parcelar, há diferentes descontos em juros e multas. Em 12 vezes, o abatimento é de 70%; para 24 meses, 50%. Por fim, 30% para quem dividir em 36 parcelas. Mas é possível negociar parcelamento em até 96 vezes.

## **SERVIÇO**

O que: Mutirão de Negociação Fiscal

Quando: de 15 a 20 de julho de 2015, das 8h às 19h

Onde: Pavilhão de Feiras do Centro de Convenções de Pernambuco